Economia serviços

http://www.odia.com.br/economia

Um país chamado Desafio

O presidente que sai hoje das urnas precisa garantir estabilidade, geração de empregos, resgate da dívida social e reformas tributária e previdenciária

AGENDA BRASIL
Transformação. Nosso maior compromisso.
Folha de S.Paulo Forbes O GLOBO O DIA

BRASÍLIA

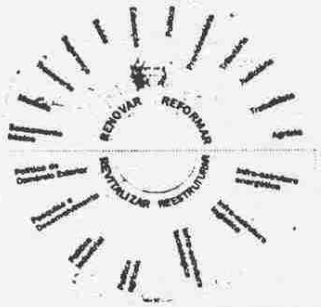
O presidente eleito hoje nas urnas terá desafios espinhosos na área econômica. Dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, fica a estabilidade dos preços, agora ameaçada pela disparada do dólar. É um País abatido por sucessivas crises econômicas, provocadas por choques externos (Ásia, Rússia, Argentina, atentados terroristas nos Estados Unidos, escândalos contábeis em grandes empresas) e internos (racionamento de energia, declarações desastradas de autoridades, especulação financeira).

O futuro Governo terá que resgatar a dívida social com a população que enfrenta nível recorde de desemprego (oito milhões buscam vagas) e sofre com a quarta pior concentração de renda do planeta, atrás apenas de países africanos como Suazilândia. Dos brasileiros que têm a felicidade de trabalhar, metade está no mercado informal, sem direito a proteção social.

"Os avanços nas áreas sociais se deslocaram mais nas áreas rurais. Existe uma crise social forte, mas que está concentrada nas áreas metropolitanas, onde houve queda de renda e do emprego", diz o professor Marcelo Neri, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Mas a dívida não é apenas social. O endividamento do setor público não para de crescer, na escalada das cotações da moeda americana. Em agosto, alcançou R$ 784,1 bilhões (58,3% do Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas geradas pelo País).

O DIA, em parceria com O Jornal do Brasil, a Revista Forbes e a Rede Bandeirantes de Televisão, como parte da Agenda Brasil, consultou especialistas de todas estas áreas para apontar os principais desafios do novo presidente da República.



Metas da Agenda Brasil para os próximos 25 anos

1 - Aumentar a renda per capita de US$ 3.100 para US$ 8.000

2 - Aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 505 bilhões para US$ 1,6 trilhão

3 - Crescimento da economia de 4,5% a 5% ao ano

4 - Cobertura de caixa (superávit primário dividido pelo serviço da dívida) de 0,42 para 3 vezes

5 - Estar entre os 20 primeiros colocados em IDH e IAT

Desafios atuais a serem vencidos

1 - Pequena base de contribuintes pessoas físicas: 7 milhões em 170 milhões de habitantes

2 - Resultados das privatizações não foram suficientes para amortizar a dívida pública

3 - A arrecadação tributária passou de 27% para 34% do PIB sem que os serviços sociais tivessem melhorado na mesma proporção

Pendências: obras e privatizações

Entraves regulatórios, investimentos suspensos, obras em andamento e privatizações a concretizar. São as pendências que o Governo terá nos transportes, energia, mineração, petróleo e telecomunicações. Entre as decisões delicadas, as obras das usinas de Belo Monte e Angra 3, que o presidente Fernando Henrique Cardoso adiou por oito anos.

Cinco empresas foram transferidas para a Eletrobrás, que cuidou do saneamento financeiro, mas ainda não foram vendidas. Investimentos privados em geração não avançam. Para a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), uma prioridade é a manutenção das medidas de revitalização.

No setor das teles, o novo Governo terá que escolher o modelo de TV digital, entre os padrões japonês, americano ou europeu. Outro tema urgente é o quadro de servidores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – desde 1997, sem funcionários próprios, devido a impasse judicial. Dos 1.420 servidores, 350 são da antiga Telebrás ou cedidos pelo Ministério das Comunicações. O restante tem contratos de serviços a vencer, que não podem ser renovados.

Se faltam servidores na Anatel, sobra dinheiro no Orçamento da União para o projetos de universalização das teles. Criado em 2000, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) tem R$ 2,2 bilhões em caixa, mas não gastou um tostão. O Governo corre o risco de perder esta verba, que pode ser usada pela equipe econômica para obter superávit primário (arrecadação menos despesas e gastos com juros) e cumprir as metas fixadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Legislativo, o Governo terá dois grandes projetos para aprovar: o da lei de radiodifusão e o da criação da Agência Nacional de Mineração, único setor que não conta com órgão regulador.

Desigualdade como as de Serra Leoa e Suazilândia

■ O eleito vai comandar um País que é o 73º em qualidade de vida – entre 173 nações do ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) –, mas que tem a quarta pior distribuição de renda do planeta.

De acordo com o Pnud, 0,7% da renda do Brasil estava distribuída entre os 10% mais pobres. E os 10% mais ricos concentravam 48% da riqueza. Só países da África têm desigualdade gritante: Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia.

"Houve avanços em indicadores sociais, mas a desigualdade da distribuição de renda continua", diz André Urani, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

O Brasil subiu dois degraus no ranking da Pnud. Em 1999, era o 75º em qualidade de vida. Em 2000, foi para o 73º lugar, patamar considerado de médio desenvolvimento humano, segundo o Pnud, bem atrás de vizinhos como Argentina (antes da crise, em 34º), Chile (38º), Uruguai (40º), México (54º), Colômbia (68º) e Venezuela (69º). Isso foi possível porque a renda per capita (por pessoa) do brasileiro aumentou no período. Passou de US$ 7.037 para US$ 7.065. Segundo os economistas, esse ganho de renda não foi traduzido em uma distribuição mais justa.

"É preciso ficar claro para o próximo Governo que esse processo (da distribuição de renda) é de longo prazo", alerta Urani.

Marcelo Neri, do Ibre, concorda que o Brasil registrou avanços em áreas como educação e mortalidade infantil. Mas ele chama a atenção para o fato de que parte desses resultados não foram colhidos por todos. "Os avanços sociais se deslocaram mais nas áreas rurais. Existe uma crise social forte, mas que está concentrada nas áreas metropolitanas, onde houve queda de renda e do emprego", observa Neri.

Ajuda não sai para quem mais precisa

■ Como exemplo de avanços para a população rural, Marcelo Neri cita o aumento do salário mínimo e benefícios como a aposentadoria rural e as bolsas-escola e alimentação. Neri diz que esses benefícios deveriam ser integrados e oferecidos nas metrópoles.

"Não da para ser ingênuo e achar que o grosso da população brasileira não tira proveito dessa desigualdade na distribuição da renda. É preciso aumentar o foco no mais pobre", afirma. O economista diz que, do total de gastos sociais do Governo, 10% vão para as pessoas que recebem os benefícios mais altos, o que consome 48% das verbas totais desembolsadas pelo Governo.

Andre Urani alerta que os gastos sociais não são distribuídos corretamente, pois os "benefícios são recebidos por quem não precisa efetivamente". Ele prega a reforma institucional que passe pelo Congresso para que os recursos cheguem aos mais pobres. "que mais precisam". Por isso defende a mudança no conceito de que só o estado é responsável pelo desenvolvimento.